



Reprodução

Perspectiva da cidade ideal - obra atribuída a Piero della Francesca, em cerca de 1460

CIDADES UTÓPICAS DO RENASCIMENTO

Carlos Eduardo Ornelas Berriel

Thomas Morus, em 1516, criou a idéia de **utopia** ao descrever uma ilha imaginária com uma sociedade perfeita em todos os sentidos. O surgimento desse gênero literário, tão próximo da história, da filosofia e da política, está ligado ao processo burguês de racionalização da vida. O Renascimento sintetizou um grande experimento de racionalização da vida humana. Para construir a sua sorte e o destino da humanidade, os homens daquela época fixaram normas de conduta e quiseram regulamentar cada aspecto da vida prática. A lógica desta idéia levou à construção de critérios universalmente válidos para cada atividade, com normas, regras e códigos: surgiram assim os tratados sobre o perfeito cortesão, sobre o perfeito ministro, sobre o perfeito homem do mundo.

Essa necessidade de impor uma racionalidade à vida individual e coletiva, inevitavelmente, chegou ao urbanismo renascentista. Nos termos renascentistas, a nova cidade é fundada pela necessidade da *virtù* combater eternamente a *fortuna* ameaçadora. As cidades medievais haviam se desenvolvido anarquicamente, pelo impulso das iniciativas individuais. Mas essa estrutura comunal foi substituída pelas iniciativas de príncipes desejosos de ampliar seu poder e de instaurar a ordem. Na Itália, surgiram soberanos construtores que sonhavam com novas cidades e, pela oportunidade, arquitetos do *Quattrocento* planejam cidades num estilo racional e geométrico. Mas não é possível modificar as muralhas sem modificar os homens: a cidade é o espelho e a dimensão do homem. A organização social passa a ser uma preocupação dos urbanistas, colocando o ser humano no centro de suas construções, e sonham em torná-los idênticos: que a uma cidade sã e racional corresponda um novo homem!

Aparecem então os teóricos de um urbanismo utópico. Não é fundamental que tais cidades ideais sejam de fato construídas: mesmo sem saírem do papel, servem para a melhor compreensão das limitações de nosso presente, e sugerem cidades melhores do que as nossas. E, se puderam ser pensadas, poderão ser construídas. Aos seus grandiosos projetos de cidades com traçados retílineos, os urbanistas unem o desejo de regulamentar a vida dos habitan-

tes, de fazer da sociedade um minucioso alvéolo onde cada um possa encontrar o seu lugar e a sua função. A *De re aedificatoria* de Leon Battista Alberti (1452), testemunha a superação da arquitetura pela noção de construção social. Na sua cidade, as classes são distribuídas em bairros diferentes, as ruas são reservadas para determinados ofícios, são previstos asilos para os pobres. Antonio Avelino, o Filarete (1400-1466), florentino a serviço de Galeazzo Sforza, tem intenções maiores. No seu *Trattato* desenha uma cidade fantástica chamada Sforzinda, um projeto digno das ambições do duque. Ele a situa numa planície fértil, sobre terras fecundas, onde é possível unir países da Cocanha com o utopismo popular. As muralhas, com um perímetro de 20 km, formam um polígono regular de 16 lados em forma de estrela. Essas muralhas ciclópicas são construídas em 10 dias por 102.000 operários, que a cada jornada assentam 30 milhões de pedras. 16 avenidas principais, retílineas e com largura de 20 metros, conduzem às oito portas e às oito torres angulares. Ao centro da estrela, uma praça de 200 metros por 100; surgem áreas para joalheiros e banqueiros, edifícios para as corporações e os negócios, banheiros públicos, hospitais, prédios para os médicos e a administração. Filarete pensa nos habitantes de Sforzinda, regulamenta, reparte, administra. As crianças pobres são educadas em colégios especiais, usam uniformes, dormem 7 horas por noite, a disciplina é férrea, a dieta frugal. A cidade é governada por um legislador, Zogalia (anagrama de Galeazzo Sforza) e por quatro magistrados eleitos. O interesse prioritário é o da cidade, severas leis suntuárias ensinam a simplicidade. A febre dos construtores avassala Filarete no seu sonho prometeico: mais que uma cidade, é um novo mundo o que ele deseja construir; o urbanista torna-se demiurgo e, ao transformar a cidade, transforma o homem e lhe indica seu destino terreno. Os tempos estavam maduros para a primeira utopia moderna.

Mesmo o modelo urbanístico de Leonardo da Vinci, um desenho de cidade perfeita, detalhava como deveriam ser as ruas, casas, esgotos, etc. Pelas ruas altas não deveriam andar carros nem outras coisas similares, mas apenas gentis-homens; pelas baixas deveriam andar carros e outras coisas somente para uso e comodidade do povo. De uma casa a outra, deixando a rua baixa no meio, por onde chegam vinho, lenha, etc. Pelas ruas subterrâneas estariam as estrebarias e outras coisas fétidas. De um arco a outro devem existir 300 braças, por onde entraria luz, e cada arco deveria ter uma escada em caracol. "Tanto seja larga a rua quanto é a universal altura das casas". Façam-se fontes em cada uma das praças. E assim por diante. A cidade descrita por Leonardo já é, de certa forma, utopia; é uma exigência completamente racional, que espera ser traduzida em prática.

Thomas Morus não foi um sonhador, mas brilhante político nomeado, em 1529, grão-chanceler da Inglaterra. O Renascimento foi um período de crises e instabilidades contínuas, e Morus conhecia os problemas de seu tempo: foi pensando neles que publicou em 1516 a sua *Utopia*.

Utopia é minuciosamente descrita, sendo uma ilha com formato de meia lua, circundada de montanhas que oferecem uma boa defesa natural. Houve um tempo, 1760 anos antes, em que o país se chamava Abraxa e era unido ao continente; o rei Utopo o conquistou, e, para separá-lo da terra firme, fez escavar um istmo. Por isso, as relações externas são raras, pois os habitantes dos mundos imaginários se contentam com suas autarquias, e esse isolamento lhes preserva da corrupção externa.

Em Utopia existem 54 cidades, perfeitamente idênticas, construídas com base no mesmo projeto e compreendendo edifícios iguais, tanto que é suficiente descrever uma só para conhecer-se todas. Amauroto é a capital da ilha. Circundada de muros, atravessada pelo rio Anidro, é limpa, salubre e alegrada por graciosos jardins. O sistema político é democrático e parlamentar. A célula de base é a família camponesa composta de 40 membros; existindo 6 mil famílias em cada cidade, a população da ilha atingirá 13 milhões de habitantes. A propriedade privada é completamente ausente. Cada cidade é circundada de terras cultivadas pelos cidadãos que têm a obrigação de fornecer à comunidade dois anos de serviço agrícola, independentemente do ofício que praticarem.

Os utopianos são ascéticos e frugais, e vestem hábitos iguais. Preocupam-se com a dignidade do trabalho, a planificação da produção e a frutuosa organização do tempo livre. Morus é sobretudo atento a um desenvolvimento harmônico do indivíduo. A organização social é minuciosa, e o governo se preocupa com o equilíbrio da população: se uma cidade é excessivamente povoada, a população em excesso é mandada para uma cidade com menos habitantes.

Cada cidade é dividida em quatro bairros, e possui mercados nos quais os chefes de família se abastecem do necessário sem precisarem recorrer à troca ou ao dinheiro. Os alimentos são consumidos em comum, segundo disposições imutáveis; velhos e jovens sentam-se uns ao lado dos outros, afim de que a severa sabedoria dos anciãos inspire os jovens; a refeição é precedida por uma leitura moral. Isto contribui para formar uma comunidade pacífica e fraterna, da qual foi removida até o mínimo motivo de rivalidade. Nos hospitais, eficientes e abertos a todos, é praticada a eutanásia nos doentes e nos velhos que a requerem. O adultério é punido com a escravidão ou com a morte. Os escravos são aqueles que transgridem as leis, os prisioneiros de guerra e os trabalhadores braçais pobres das regiões vizinhas: esses são bem tratados, mas ficam acorrentados e condenados aos trabalhos forçados; não constituem em realidade uma classe social porque os seus filhos nascem livres.

Morus escolheu um tipo de economia fundada essencialmente sobre a agricultura: é uma constante do utopista, fisiocrático inato. A agricultura – simples e natural – é a única atividade a estar em harmonia com um comunismo integral, e a consentir num imediato desfrute dos bens. Dinheiro e comércio são intermediários infernais entre a necessidade e a sua legítima satisfação. A essa economia igualitária corresponde um ordenamento político que elimina as diferenças sociais. Nessa federação democrática de condados autônomos – compromisso entre cidade antiga e Estado moderno – a coe-

ção se apóia sobre *consensus omnium*: a vontade coletiva é maior que a soma das vontades individuais.

Utopia se apresenta definitivamente como um livro da razão; porém, no Paraíso de Utopia existem inquietantes sintomas de opressão. O indivíduo está sempre exposto ao olhar coletivo, e “o estar sob os olhos de todos gera a necessidade de dedicar-se ao trabalho usual ou a lazeres não desonestos”: este mito da transparência está eternamente atento ao perigoso desvio individual. O dilema que atormenta Morus é comum a todos os utopistas: para salvar a instituição ideal, criada na sua origem para o indivíduo, ele corre o risco de, ao contrário, oprimi-lo, e como todos os utopistas resolve o problema pressupondo que cada cidadão reconheça a coincidência entre necessidade e liberdade: a opressão não está nas intenções, mas nos fatos. Morus é homem do Renascimento, por sua fé na ciência e no conhecimento como fonte de progresso, inclusive moral. A sua utopia é uma construção do intelecto, mas também uma obra de fé e de confiança na ação no mundo real.

Morus deixou claro o aspecto irreal da sua criação: Utopia é um país de nenhum lugar, Amauroto significa cidade fantasma, o Anidro o rio sem água, o príncipe é Ademo, isto é, sem povo. A Utopia é a especulação de um humanista. A perspectiva de Morus não é econômica, mas ética: é aquela de um homem da ordem que quer a felicidade do povo, mas não através do povo, do qual teme a violência. Morus fixou por muito tempo as características ambíguas da utopia.

O mundo sábio e louco (1552), do florentino Anton Francesco Doni, foi a primeira obra desse gênero na literatura italiana. Recordando-se da *Sforzinda* de Filarete – que foi escrita antes mas que não tem um enredo ficcional, é um projeto urbanístico utópico, mas não é uma utopia enquanto gênero literário – Doni imagina uma cidade com a planta em formato de estrela, tendo ao centro uma igreja mais alta que a catedral de Florença; este templo possui cem portas das quais partem cem ruas em direção às cem saídas da cidade. Reencontramos aqui a paixão pelo urbanismo, pela simetria e pelo equilíbrio geométrico, reflexo

de uma harmoniosa organização humana. Há ecos de Platão, Morus, Alberti, Leonardo, Guevara. As ruas são ocupadas pelos ofícios complementares: se de um lado estão os médicos, do outro estarão os boticários; aqui os sapateiros, e em frente os comerciantes de peles; e assim por diante. Doni exige uma igualdade rigorosa, um comunismo integral – o mais próximo possível à lei da natureza – que exclua inclusive a família. Duas ruas constituem o bairro das mulheres, comuns a todos: “Deste modo não existiam parentelas e se ignorava de quem alguém era filho”. Todos possuem moradias iguais, a mesma comida: “quem não trabalha não come”. Os hospitais acolhem os doentes, os velhos e os enfermos, mas se pratica uma severa eugenia (as crianças deformadas são jogadas num poço). Portanto todos os homens do novo mundo são “belos, bons, sãos e frescos”. Esta utopia não tem uma forma precisa de governo e não possui leis, nem polícia, nem tribunais, nem exército. As crianças criadas em comum aprendem um ofício e não se preocupam muito com os estudos. A religião é sem ritos, ainda que o povo a cada sete dias reze no templo. Doni não se preocupou muito com problemas religiosos: a sua cidade ideal, essencialmente plebéia, é uma cidade terrena na qual as preocupações políticas e econômicas superam as aspirações espirituais. O transcendente não é esquecido mas relegado a segundo plano, e é apenas a razão que organiza e legisla. Trata-se de um radical nivelamento social.

**O DILEMA
QUE
ATORMENTA
MORUS É
COMUM A
TODOS
OS UTOPISTAS**

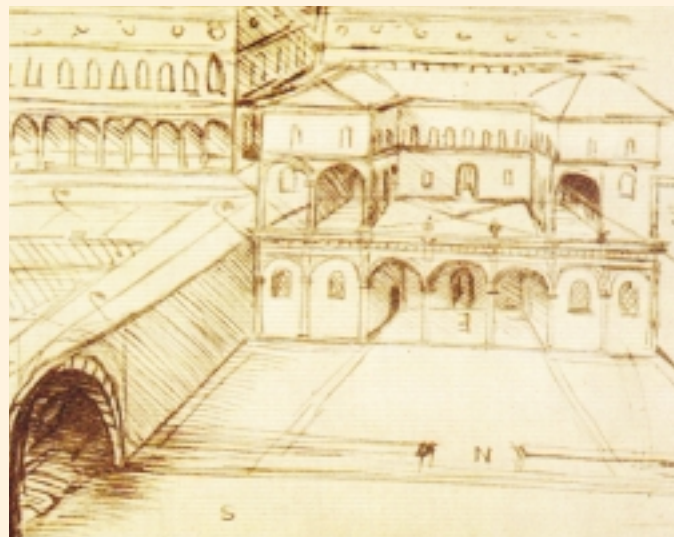
Doni é um caso excepcional no *Cinquecento*: não crê nem nos valores humanísticos, nem na religião que não se ocupa dos males terrenos. Elementar e igualitário, o comunismo de Doni é, sobretudo, uma reação violenta contra as estruturas sociais existentes: isso é de inspiração plebéia, não humanista. Diferentemente de Morus, Doni não se propõe elevar o espírito do homem, de torná-lo consciente da nobreza de seus deveres. A simples eliminação da nobreza, do clero parasita e das diferenças sociais parece-lhe suficiente para assegurar à maioria uma possibilidade material de vida. A sua iniciativa é essencialmente destrutiva: na sua cidade não existe nem mesmo um governo modelo, porque Doni, que tem pouca confiança na natureza humana, não acredita em qualquer forma de governo. Ao sonho humanista da cidade ideal prefere a segurança de uma existência elementar, conforme a lei da natureza. Doni é um escritor que, diferentemente de outros autores de utopias do *Cinquecento*, não escreve para príncipes e sábios, mas para o povo, desejoso de soluções simples e diretas.

Campanella é o autor que escreveu, depois de Morus, a utopia mais complexa e mais rigidamente estruturada. Sua utopia, (*Città del Sole*, 1602), foi composta durante os seus 27 anos de vida carcerária, e publicada apenas em 1623. O enredo deve muito à *Utopia* de Morus. A obra adota a forma de diálogo entre o grande – mestre dos hospitalários e um capitão genovês – anteriormente timoneiro de Cristóvão Colombo – que, durante uma escala em Ta-probana, descobriu a Cidade do Sol, no centro de uma vasta planície. Essa é formada por sete zonas concêntricas, bem fortificadas, em forma circular e com o nome dos sete planetas; no centro se ergue um templo redondo: é o coração da cidade.

O regime político recorda o sistema hierocrático: no vértice da hierarquia está Hoh – o Metafísico ou o Sol – acompanhado por um triunvirato, um conselho supremo. Pon, ou a Potência, decide sobre a guerra e a paz. Sob sua vigilância, homens, mulheres e crianças são submetidos a um contínuo adestramento militar, apesar dos Solares serem pacíficos e só empunham as armas por defesa ou para manter o equilíbrio de poder na região. Sin, ou a Sapiência, dirige as artes e o saber. Por sua decisão, todos os muros da cidade são recobertos de pinturas que representam figuras matemáticas, cartas geográficas, animais, grandes personagens, plantas etc. Esse povo ama, acima de tudo, o saber. Enfim, Mor, ou o Amor, supervisiona o matrimônio e a procriação. Esses governantes supremos são acompanhados por magistrados que levam o nome das virtudes que encarnam: temperança, magnanimidade, justiça, diligência. Na Cidade do Sol existem poucas leis, não existem prisões, e os crimes graves são punidos com a morte.

O Estado se ocupa das crianças, que são instruídas desde a idade de um ano, brincando ao longo dos muros da cidade. Não são orientadas a seguir suas inclinações pessoais, mas no sentido da compreensão de todas as áreas do saber; assim, aprendem todos os ofícios, escolhendo uma ocupação definitiva apenas depois de terminada a sua instrução geral. O resultado exemplar dessa educação enciclopédica é Hoh o Metafísico, criatura onisciente, ao mesmo tempo cientista e filósofo.

Arregimentado do nascimento até a morte, duramente privado de qualquer vontade anárquica, o Solar deve prestar contas ao Estado até das suas menores ações e pensamentos. Não conhece amor e família, e é anulado na coletividade em confortável anonimato, e é, aparentemente, muito feliz. A questão é saber se uma vida construída exclusivamente por lógica rigorosa, que ignore outras instâncias constitutivas do homem real, não conduzirá, em nome da felicidade e da virtude, a um mundo de campos de concentra-



Reprodução

Leonardo da Vinci: esquema de via de circulação e edifícios, em dois níveis, para a cidade ideal - obra posterior a 1485

ção, nos quais seus habitantes serão ao mesmo tempo carrascos e vítimas. As cidades utópicas não são fundadas pelo já existente, mas vem do “alto”, da Idéia, como contraposições ao já existente, e projetam a vida melhor. Elas não são produtos de um delírio, mas nascem da necessidade de combater o destino, de fundar uma “segunda natureza” para o homem – a História.

Carlos Eduardo Ornelas Berriel é professor doutor de literatura do IEL-Unicamp. Coordena o Grupo de Estudos sobre Renascimento e Utopia, e organiza uma antologia de utopias italianas do Renascimento.

Bibliografia consultada

- Berriel, C. E. O. “Uma utopia do *cinquecento*: “*Mondo savio e pazzo*”, de Anton Francesco Doni”. In *Remate de Males* n. 22. IEL-Unicamp, 2002.
- Codignola, M. M. “Critica della ragione utopica: l'idea di felicità e i suoi paradossi.” In: Minerva, N. (org.). *Per una definizione dell'utopia. Metodologie e discipline a confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- Colombo, A. (org.). *Utopia e distopia*. Bari: Edizioni Dedalo, 1993.
- Ghibaudi, S. R. “Metodi d'analisi dell'utopia: osservazioni critiche.” In: Minerva, N. (org.). *Per una definizione dell'utopia. Metodologie e discipline a confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- López, M. M. “The Life of Thomas More and the Life of the Utopians. An Anatomy of Paradox.” In: For tunati, V. (org.). *Vite di utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- Moro, E. “Dall'utopia all'eutopia: dal disegno ideale della città alla sua concretizzazione.” In: Minerva, N. (org.). *Per una definizione dell'utopia. Metodologie e discipline a confronto*. Ravenna: Longo, 1992.
- Nuzzo, E. “Vite e Luoghi dell'Anima e della Città Ideale in Platone.” In: For tunati, V. (org.). *Vite di utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- Quarta, C. “L'Utopia di Thomas More: L'Aggancio alla storia.” In: For tunati, V. (org.). *Vite di utopia*. Ravenna: Longo Editore, 1997.
- Sberlati, F. “The Ideal City in Italy during the Renaissance and the Counter-Reformation: A literary and political utopia.” In: Spinozzi, P. (ed.). *Utopianism/ literary utopias and national cultural identities: A comparative perspective*. Bologna: Coteptra, 2001.
- Trousson, R. “Utopie et utopisme”. In: Minerva, N. (org.). *Per una definizione dell'utopia. Metodologie e discipline a confronto*. Ravenna: Longo, 1992.